

VIZENTIN, Marilena. **Imagens do poder em Sêneca. Estudos sobre o *De Clementia***. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

*Fábio Vergara Cerqueira**

A obra analisada, **Imagens do Poder em Sêneca. Estudos sobre o *De Clementia***, de autoria de Marilena Vizentin, publicada em 2005 pela Ateliê Editorial, com apoio da FAPESP, resulta da dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em História Econômica da USP, sob a coordenação do Prof. Dr. Luiz Norberto Guarinello. Trata de um tema de relevância na pesquisa histórica das últimas duas décadas: a relação entre o pensamento filosófico estoico e o exercício do poder imperial. Até o momento, o leitor e o estudioso brasileiro não dispunham de obra específica que sistematizasse as discussões em torno do contexto político e intelectual que circunda as ligações entre as escolas filosóficas e o poder no Alto Império, o que foi alvo central da pesquisa da Profa. Marilena Vizentin. Nesse sentido, a obra proposta vem preencher uma lacuna, muito tendo a contribuir: suscita interesse no âmbito da Filosofia, da História imperial romana, da Historiografia clássica e da Ciência Política.

A autora aborda de forma original uma temática que vem sendo objeto central de pesquisadores latinistas brasileiros: um grupo de estudiosos vem direcionando direta ou indiretamente suas pesquisas no sentido de uma compreensão do universo político da sociedade imperial baseada na interação entre o plano das representações políticas (a moral, a Filosofia, o Direito) e o exercício do poder, em suas diversas esferas. Vizentin, integrando o grupo associado a Guarinello, participa desses debates e, com sua obra, contribui para divulgar os resultados dessas pesquisas. Atualizadas

* Professor Adjunto do Departamento de História da UFPEL.

com o debate historiográfico contemporâneo estão suas reflexões sobre a problemática envolvendo Sêneca, Nero, política imperial e Filosofia, estando devidamente inseridas no contexto atual de pesquisas sobre a História Antiga. A obra, mesmo não esgotando de forma alguma o assunto, estimula uma discussão sistemática do poder no Império romano, ao mesmo tempo que cria um importante instrumento de pesquisa e de referência para estudiosos brasileiros.

A obra é estruturada em três partes: a teoria de poder; a análise externa (capítulo II, denominado “Questões gerais sobre o **De Clementia**”), considerando seus vínculos com a historiografia, com a literatura e com a filosofia antiga, ao mesmo tempo que considera os conceitos e grupos sociais da sociedade romana relacionados à estrutura geral do texto; e análise interna (capítulo III, denominado “Estrutura do **De Clementia**”), em que, por meio de uma análise de discurso, explora os planos lógico-argumentativo, temático e vocabular, por fim apresentando sua posição face ao debate sobre contradições e omissões da obra senequiana. Por meio de um constante balanço historiográfico pertinente aos diferentes tópicos abordados, constrói, de forma original, a estrutura do seu texto, para comprovar sua interpretação de que Sêneca, na obra *De Clementia*, elabora uma teoria geral de legitimação do poder monárquico, que influenciou não somente o governo neroniano, bem como os governos imperiais subsequentes, sobretudo, durante o período Antonino.

À medida que Sêneca pretende, por meio do **De Clementia**, construir uma nova teoria geral do Estado imperial, Marilena Vizentin percorre os fundamentos do Principado, buscando evidenciar em que Nero se diferencia de Augusto no exercício de uma nova prática de exercer o *imperium*, sustentado em uma monarquia baseada na virtude do *princeps*. Reconstitui os argumentos pelos quais Sêneca analisa o poder neroniano, no qual evidencia o papel da clemência para criar relações positivas no corpo social, mantendo coesas as relações entre diferentes grupos sociais sob nova perspectiva.

A autora busca identificar o peso do pensamento estoíco ortodoxo na crítica aos imperadores que precederam Nero, sobretudo Calígula e Cláudio. Além do recurso à análise do discurso senequiano, prospecta, na leitura de historiadores coetâneos, tais como Tácito, Suetônio e Dión Cássio, evidências para sustentar os argumentos de Sêneca.

Contraopondo-se à maioria dos autores, Vizentin não acata a periodização tradicional do governo neroniano, percebendo, outrossim, uma continuidade de sua conduta, sobretudo na aplicação de penas, que foram feitas de forma equilibrada nos dois supostos períodos (54-62 e 62-68 d.C.). A autora desloca os critérios de periodização, constatando, sim, uma mudança das bases sociais de apoio político: no primeiro período, Nero prestigiou em cargos consulares membros da antiga aristocracia ligada a Augusto; no segundo período, muitos desses foram alijados do núcleo de poder, ao qual se aproximaram indivíduos da plebe, contemplados com cargos públicos – a preocupação com a plebe esteve manifesta também nos benefícios a pobres e endividados, bem como nas obras públicas e distribuição de trigo. Na continuidade do perfil neroniano, identificada na sua conduta clemente, a autora conclui que a influência de Sêneca ocorreu sobre todo o governo de Nero, mesmo após a morte do filósofo. Vizentin vê, assim, no **De Clementia**, uma base ideológica de legitimação da monarquia absoluta, cujos preceitos influenciaram muitos governos imperiais subsquentes.

Em seu debate historiográfico, a autora aborda várias questões, entre elas a identificação do gênero literário helenístico “espelho de príncipe”. Tratava-se de um tratado sobre a realeza, que destacava as qualidades ideais do monarca, que era uma forma muito apreciada pelos estóicos para expor sua teoria política, adepta da monarquia como expressão da “fraternidade” em um “Estado mundial” no qual os vínculos do homem à pólis transferem-se para o monarca, visto como modelo das virtudes que devem inspirar a todos os cidadãos. Para o estóico, o *rex iustus* resolvia melhor os problemas de uma cidade do que uma Assembléia submetida às flutuações de suas paixões. Nessa tradição estóica, Sêneca encontrava os argumentos para diferenciar o verdadeiro rei (Nero) do tirano (Augusto, Calígula, Cláudio) e, por esse motivo, ele escolheu esse gênero literário para expor a sua nova teoria do Estado imperial monárquico, instrumentada na “clemência, virtude que permite moderar seu poder absoluto de forma a realizar um governo justo e pacífico”. Na seguinte passagem, a autora demonstra como, no **De Clementia**, o estoicismo se reflete “(...) na universalidade do poder do princeps e nas relações que estabelece com seus subordinados. Sendo o *princeps* o regente de todo o império, deve servir de exemplo, por meio de suas virtudes a todos aqueles que estão sob suas ordens. Procedendo dessa maneira, ou seja, imitando o verdadeiro sábio,

concorre para a formação de uma moralidade para a nação e também para sua harmonia, de modo que o Estado possa se manter coeso e duradouro”.

Vizentin, diante do debate sobre a consistência filosófica do estoicismo de Sêneca, posiciona-se juntamente a Pierre Grimal, que vê, no seu ecletismo, no aspecto fragmentário das citações, no superficialismo às vezes quase compilatório e no uso excessivo de anedotas morais, a apropriação original de uma ampla bagagem filosófica, que processa, inclusive, conceitos e citações epicuristas e pitagóricas. É na análise interna do plano argumentativo da obra que Vizentin comprova o quanto a apropriação dessa bagagem filosófica foi utilizada por Sêneca, para apresentar uma teoria coerente de legitimação do poder do monarca com base em virtudes estóicas, não obstante a aparente fragmentação e contraditoriedade entre alguns argumentos.

A autora avalia a síntese do vocabulário técnico estóico, realizada por Sêneca, a qual exerceu influência sobre o governo de Nero e outros imperadores que o sucederam. O conceito central está na união entre o absolutismo moral e a política, por meio do rei virtuoso, o *rex iustus*, diretor espiritual modelar, o “rei-filósofo”. Desse modo, como garantia da *pax romana*, o Estado tornar-se-ia virtuoso, sendo um Estado Mundial, dirigido pelo poder ecumênico do rei-filósofo, que não age conforme distinção de classes. E havia um caráter religioso nisso tudo, pois a condição virtuosa do príncipe emana da vontade divina.

A autora segue a interpretação da latinista brasileira Ingebor Braren, que identifica no **De Clementia** um programa de governo, constituído por nove itens, que tem como finalidade assegurar a coesão da sociedade romana sem alteração da ordem. Antes de tudo, o *princeps* clemente possui menos inimigos e mais apoio, sendo a clemência um instrumento mais eficiente de manutenção da estabilidade do governo do que a tirania, a força. A regra da clemência é a base de um modelo ideal de Estado, sendo a melhor forma de mediação equilibrada das ações do monarca para com os súditos. O governante que usa a clemência age como os deuses, pois não se deixa levar pela cólera, submete-se à lei e evita a arbitrariedade vingativa nas punições. Assim, a clemência atinge melhor os objetivos do *princeps* que a severidade e a crueldade, pois proporciona a devoção dos súditos. A crueldade, por outro lado, traz insegurança, pois suscita revolta pública e acarreta conspirações. A clemência não se opõe à severidade, que é igualmente justa, mas à crueldade, que é pérfica. A clemência não se confunde com a

compaixão e o perdão, que estão no campo das paixões e das fraquezas. Situa-se, então, entre a compaixão e a crueldade. Governando segundo esses conceitos, o rei-filósofo torna-se o “elo que permite a coesão e indissolubilidade (do Estado). Mais do que apenas representar o Estado, o *princeps* passa a ser confundido com o Estado mesmo, nada podendo substituí-lo em sua ausência”. Sêneca prescreve ao *princeps* a clemência, pois ela evita a queda do mesmo, evitando interrupção na *pax romana* e na compacidade do Império.

Seguindo os preceitos da clemência, o *rex iustus*, enquanto um monarca absoluto legítimo, promove o sentimento de segurança, comporta-se de forma adequada, zela pela adequação de seus atos à virtude e à razão. O *princeps* clemente é aquele que nasceu para a assistência comum e para o bem público, sendo um rei providencial, benfazejo, salvador.

A autora realiza uma fina escuta dos argumentos do **De Clementia**, encarando seu texto sem o preconceito em relação à estrutura aparentemente contraditória e fragmentária, e conclui, por meio da análise dos exemplos trazidos pelo filósofo, que o governo de Nero, aos olhos do estoicismo senequiano, instaurou o novo modelo de monarquia absoluta, baseado na virtude do rei filósofo. Percorre os argumentos de toda a obra, mostrando, por exemplo, a forma como o principado de Augusto é considerado modelo de crueldade, e o de Nero é refundado no respeito ao princípio da clemência.

A autora finaliza a obra caracterizando a teoria política senequiana, exposta no **De Clementia**, como a base política não somente de Nero, mas sobretudo dos Antoninos, e, nomeadamente, de Marco Aurélio, encarnação completa do rei-filósofo.

Concluimos que a obra proposta se trata de um texto fundamental para a compreensão, na história do pensamento político, da fundamentação das monarquias absolutas ocidentais. Há que se notar que o **De Clementia**, que, por um lado, zelava pela boa gestão do Estado, pela boa relação entre governantes e governados e pela *concordia*, por outro lado, omitia completamente as instituições humanas com as quais o *princeps* se relacionava na prática do poder: o Senado, o exército e a administração pública. Ora, para Sêneca, o poder era atribuição dos deuses e não dos homens, sendo o *princeps*, associado a Júpiter, designado Maximus e Optimus.

Recomendamos a leitura dessa publicação, pela forma original que, na interpretação da obra senequiana, trata de importantes assuntos da histó-

ria do pensamento filosófico e político – a autora, com propriedade, defende sua leitura de como o pensamento filosófico de Sêneca exerceu influência não somente sobre seu aluno, Nero, mas sobre a teoria geral do Estado que orientará o império romano no século subsequente e manterá sua influência sempre viva em experiências posteriores de adoção de monarquias absolutas com inspiração divina.

Na ótica dos Estudos Clássicos e da historiografia do Mundo Antigo, o trabalho de M. Vizentin traz uma importante contribuição aos estudos do poder no Império romano, reforçando o que podemos chamar de uma “escola” brasileira de estudos do poder na sociedade romana.

É elogioso o apoio da FAPESP à publicação dessa obra, pois, apesar de seu valioso impacto acadêmico, a sua natureza estritamente acadêmica e a dinâmica de um texto resultante de uma dissertação de mestrado dificilmente encontraria financiamento exclusivo em uma editora comercial.

Numa avaliação geral, a publicação é de alta qualidade, inclusive do ponto de vista gráfico e editorial, contemplada, acrescente-se, por boa qualidade de papel e por letra agradável à leitura.